



O professor e seu papel na prevenção e combate à homofobia

Breno Eustáquio da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais Faculdade Doctum de João Monlevade

Doutor em Ciências da Educação

brenomonlevade@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral investigar como os professores se posicionam diante a homofobia no ambiente escolar e como torná-los agentes de prevenção e combate ao preconceito contra minorias sexuais. Para isso foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: verificar se os educadores estão preparados para lidar com a diversidade sexual na sala de aula; compreender o nível de entendimento dos educadores sobre assuntos relacionados à pauta LGBTQIA+; e propor a formulação de políticas públicas para a formação de professores que permitam torná-los agentes de combate e prevenção à homofobia no ambiente escolar. A pesquisa foi realizada com abordagens quantitativa e qualitativa, utilizando procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento (*survey*). Os dados foram coletados por meio de questionários distribuídos para professores e alunos LGBTQIA+ da cidade de João Monlevade-MG. Os resultados da pesquisa indicaram que a maioria dos professores entrevistados não se sente preparada para lidar com a diversidade sexual na sala de aula e apresenta um nível de entendimento baixo em relação aos assuntos relacionados à pauta LGBTQIA+. Esses resultados reforçam a necessidade da formulação de políticas públicas que promovam a formação de professores para atuarem como agentes de prevenção e combate à homofobia.

Palavras-chave: Combate à homofobia. educação para a diversidade. políticas públicas.

1 Introdução

Sexo e sexualidade são temas cujo debate ainda enfrenta grande resistência por parte da sociedade brasileira. Apesar do advento de diferentes expressões da sexualidade, proporcionada pela ressignificação da homossexualidade pelas ciências do século XX (Furlani, 2011), fatores culturais como a moral religiosa ainda exercem significativo peso sobre a forma como a sociedade lida com a diversidade sexual e a ideologia de gênero. No ambiente político, no familiar, nas igrejas e, especialmente, nas escolas, percebe-se que esses assuntos ainda são

tratados de forma a demonizar quem não segue o padrão biológico de “macho e fêmea”, também denominado de binário heteronormativo.

Nesse aspecto, merece atenção a escola que pode ser entendida como uma espécie de esponja social, onde se refletem com facilidade a maior parte dos costumes sociais. Fenômenos como *bullying*, assédio, intolerância e homofobia não são incomuns nesses espaços de convivência, o que suscita dos educadores atenção redobrada para garantir que a escola seja um espaço de formação humana com foco na cidadania e respeito às diferenças.

Ocorre que nem sempre os profissionais da educação estão devidamente preparados para lidar com situações moralmente delicadas por deficiência formativa ou por questões meramente culturais. Isso faz com que haja o risco de os docentes reproduzirem atitudes e ideias pré-concebidas da homofobia, o que torna o espaço educacional menos seguro e saudável para as minorias.

Diante desse fato, esse artigo investiga como professores de todos os níveis de formação posicionam-se diante à homofobia no ambiente escolar e como a atitude dos docentes perante essa situação pode torná-los agentes de prevenção e combate a esse problema social, de forma a proporcionar impactos positivos na vida de estudantes LGBTQIA+¹. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: verificar se os educadores estão preparados para lidar com a diversidade sexual na sala de aula; compreender o nível de entendimento dos educadores sobre assuntos relacionados à pauta LGBTQIA+; e propor a formulação de políticas públicas para a formação de professores que permitam torná-los agentes de combate e prevenção à homofobia no ambiente escolar. A partir de pesquisas bibliográfica, documental e levantamento (Survey) foi possível ter uma dimensão das percepções de docentes e estudantes LGBTQIA+ acerca de aspectos diversos e que envolvem a hostilidade presente na escola e que a torna um lugar nem sempre seguro para minorias sexuais.

2 Referencial teórico

A homofobia ou LGBTfobia não é uma peculiaridade dos tempos atuais. Valadares e Almeida (2011) afirmam que ela é resultado de uma construção histórica, que resultou na

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexuais. O símbolo “+” representa as demais possibilidades de conceitos relativos à diversidade afetivo-sexual e identidade de gênero de seres humanos (Reis, 2018).

consolidação de discursos de ódio, que passaram a fazer parte do convívio diário dos brasileiros. Assim sendo, percebe-se no Brasil ditados populares, práticas religiosas, piadas e até mesmo discurso de cunho pejorativo feitos sob o “manto da liberdade de expressão”, e que visam menosprezar a população LGBTQIA+, estimada em 20 milhões (cerca de 10% da população nacional) de acordo com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2016) .

Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) publicados por Putti (2020) revelam que um LGBT é agredido por hora no Brasil. Entre os anos de 2015 e 2017, a saúde pública nacional registrou 24 mil e 564 notificações de violência, uma média de 22 notificações por dia (Putti, 2020). O Brasil também figura entre os países que mais matam pessoas transexuais, travestis ou transgêneros. Só em 2021, foram 140 assassinatos. Esses números, que podem estar subnotificados, ainda revelam que entre 2008 e 2021 houve uma média de 123,8 mortes de pessoas trans no país (Antra Brasil, 2022).

Em 2017, o Ministério dos Direitos Humanos identificou que a maior parte das denúncias de violência feitas no serviço :Disque 100 estão relacionadas à ameaça, humilhação e *bullying* (Fundo Brasil, 2022). A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (ABGLT, 2016) mostra que 73% dos estudantes LGBTQIA+ relataram agressão verbal e 36% agressão física. 58,9% dos alunos entrevistados faltaram às aulas pelo menos uma vez ao mês em virtude das constantes agressões verbais.

Um ponto a favor das minorias é a equiparação da homofobia ao crime de racismo. A decisão do Supremo Tribunal Federal é de junho de 2019 e foi tomada por maioria de votos em uma sessão histórica que durou dois dias e reconheceu que a discriminação contra pessoas LGBTQIA+ é uma forma de racismo social (Barifouse, 2019). Essa equiparação trata-se de um avanço na luta contra a discriminação e contra a violência baseadas na orientação sexual e na identidade de gênero, pois contribui para a mudança de mentalidades e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Superior Tribunal Federal, 2019).

2.1 Vulnerabilidade de jovens LGBTQIA+

Um estudo de Natarreli e outros (2015) faz um levantamento sobre o impacto da homofobia na saúde de jovens. A pesquisa apurou que a homofobia tem um impacto negativo na saúde dos adolescentes, especialmente na parte mental. Isso pode levar a comportamentos

depressivos, ansiedade, medo excessivo, ideações e tentativas de suicídio. Segundo esse estudo, a homofobia também interfere na socialização, nos hábitos e comportamentos cotidianos, na alimentação, no lazer, no acesso a serviços de saúde, dentre outros, culminando em situações que prejudicam o bem-estar dos adolescentes. A conclusão é que a homofobia se caracteriza como um obstáculo para que a população LGBTQIA+, especialmente os jovens, tenha acesso a serviços de saúde.

A esse cenário ainda acrescenta-se o fato de que o Brasil é um país ainda muito deficiente quando o assunto são políticas públicas para a população LGBTQIA+. Embora nos últimos anos tenham sido registrados alguns avanços na seara jurídica, ainda há significativas lacunas na assistência a essa parcela vulnerável da população, provocadas, principalmente pela falta de mais pesquisas sobre a relação entre a comunidade LGBT e a saúde no Brasil.

Albuquerque *et al* (2013) elaboraram um estudo de revisão integrativa da literatura sobre políticas de saúde pública para a população homossexual no Brasil. O objetivo foi destacar os desafios enfrentados pela comunidade LGBT no acesso à saúde e a necessidade de políticas que abordem as necessidades específicas. A revisão sistemática de oito artigos aponta que a população LGBT no Brasil ainda enfrenta desafios significativos no acesso à saúde, incluindo discriminação e a exclusão nos serviços da área; falta de conhecimento sobre as necessidades específicas dos LGBTQIA+ e resistência dos mesmos em procurar serviços de saúde devido ao contexto discriminatório existente.

2.2 Homofobia na escola

Estudos no Brasil relatam a ocorrência de homofobia na escola. A discriminação e a violência contra pessoas LGBTQIA+ são bastante comuns em ambientes escolares brasileiros, o que prejudica a segurança e o bem-estar dos estudantes. Um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2016) investigou a relação entre educação e as desigualdades de Gênero e Sexualidade nas escolas. Na oportunidade, apurou-se que 73% dos alunos do ensino médio ouvidos afirmaram ter presenciado ou ouvido comentários homofóbicos em suas escolas. Outra pesquisa, realizada por Michels (2018) mostra que o número de casos de violência contra LGBT+ nas escolas brasileiras cresceu 46% no intervalo de apenas um ano. Segundo o levantamento, a maioria das vítimas era do sexo masculino e os agressores eram colegas de classe.

Esses dados mostram a gravidade do problema da homofobia nas escolas brasileiras e a necessidade de ações efetivas por parte das autoridades educacionais e da sociedade em geral para combater essa discriminação e garantir um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Ramires (2011), a partir da análise dos resultados de um estudo sobre homofobia no Brasil, argumenta que o sistema educacional desempenha um papel na perpetuação da discriminação contra indivíduos LGBT.

Nesse aspecto, a homofobia pode ser analisada na escola em um quadro maior, no qual conflitos que nela irrompem são a expressão de relações de dominação e subordinação existentes na sociedade como um todo. Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1970)², a escola não é um lugar harmônico e pacífico em que as novas gerações adquirem a herança cultural acumulada pela humanidade ao longo da história. A escola é, sobretudo, um campo de batalhas sangrentas no qual se evidencia a desigualdade econômica, social e cultural que contrapõe os agentes sociais que dela fazem parte.

Com base nessa perspectiva, nota-se que a homofobia não é o único e certamente não é o maior problema das instituições de ensino. Contudo, se quiser uma escola melhor, isto é, com qualidade, democrática, participativa, a serviço dos interesses de toda a população a que serve e não apenas a elite, ela não pode continuar veiculando e fortalecendo preconceitos e discriminações, principalmente no que diz respeito a raça/etnia, gênero e sexualidade, pois são elementos estruturantes na construção das identidades individuais e coletivas (Ramires, 2011, p. 134-135).

Ramires (2011) destaca a importância de abordar a discriminação com base em raça/etnia, gênero e sexualidade para criar um ambiente escolar mais democrático e inclusivo. Também discute os resultados de uma pesquisa nacional sobre diversidade sexual e homofobia no Brasil, que mostra que o preconceito contra homossexuais diminui na medida em que o nível de educação dos entrevistados aumenta. Dessa forma, a educação desempenha um papel crucial na redução da homofobia, sendo viável revisar o currículo formativo e as relações escolares para promover a igualdade entre gêneros e expressões de gênero.

² BOURDIEU, Pierre. *La reproduction: Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minuit, 1970. op. cit. RAMIRES, Luiz. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 41-58. ISBN 978-85-7643-084-1.

2.3 Diversidade sexual no currículo escolar

O tema da diversidade sexual não é explicitamente mencionado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) da Educação Básica. No entanto, a BNCC inclui o respeito à diversidade como um dos princípios fundamentais da educação, o que pode ser interpretado como uma referência à diversidade sexual. Além disso, a lei n. 10.639 (Brasil, 2003), que estabelece as diretrizes para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, pode ser considerada uma referência para a inclusão de temas relacionados à diversidade sexual. Isso porque, assim como a população negra, a população LGBTQIA+ também sofre preconceito e discriminação, o que justificaria a inclusão desses temas no currículo.

Porém, a implementação da lei e a inclusão de temas relacionados à diversidade sexual na educação ainda são incipientes no Brasil, pois enfrentam resistência e desinformação disseminada por parte de setores conservadores da sociedade. A esse problema, soma-se o fato de que, geralmente, os profissionais da educação não sabem como inserir essa temática no currículo (Lima, 2012). Todavia, há diversos caminhos possíveis, com destaque para o que aponta a ABGLBT (2016) a partir da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil. A entidade sugere uma abordagem positiva das questões LGBT no currículo escolar.

Com efeito, os/as estudantes LGBT que aprenderam informações positivas sobre pessoas LGBT e sobre a história e eventos LGBT tinham:

- Mais probabilidade de relatar que de modo geral o corpo discente tende a aceitar mais as pessoas LGBT (63,8% comparados com 35,3%);
- Mais probabilidade de sentir que pertencem à instituição educacional (74,3% comparados com 42,6%);
- Menos probabilidade de faltar à instituição educacional por motivo de se sentirem inseguros/as (18,3% comparados com 36,6%); e
- Menos probabilidade de se sentirem inseguros/as na instituição educacional por causa de sua orientação sexual (46,4% comparados com 65,2%) e por causa de sua identidade/expressão de gênero (28,1% comparados com 48,3%)

Dessa forma, é possível concluir que fatores como desinformação e cultura homofóbica jogam para escanteio a consciência da importância da elaboração de um currículo que aborde as questões da sexualidade na formação de crianças e adolescentes, prevalecendo o que Oliveira e Oliveira (2018) chamam de tentativas de controle moral da educação. Essa situação suscita a necessidade da discussão ampla da temática e a inserção do assunto nos eixos formativos da Educação Básica Brasileira.

3 Metodologia

Quanto à natureza, optou-se pela pesquisa aplicada, aquela que é caracterizada pela sua finalidade prática, ou seja, busca-se gerar conhecimento para solucionar problemas concretos (Gil, 2017). Já a abordagem foi quantitativa, ou seja, uma metodologia de pesquisa que se baseia na coleta e análise de dados numéricos, buscando identificar e analisar padrões, tendências e relações entre variáveis por meio de técnicas estatísticas (Creswell, 2014). A pesquisa contou com objetivos explicativos e descritivos, buscando entender as relações de causa e efeito entre variáveis e descrevendo as características dos fenômenos estudados (Severino, 2007).

Para alcançar os objetivos estabelecidos, foram utilizados três procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento (*survey*). A pesquisa bibliográfica tem como objetivo coletar informações a partir de fontes secundárias, tais como livros, artigos científicos, dissertações e teses (Lakatos; Marconi, 2021). Já a pesquisa documental consiste na coleta de informações a partir de documentos diversos, como relatórios, atas, registros administrativos, entre outros (Gil, 2017). Já o levantamento (*survey*) é uma técnica de coleta de dados baseada em questionários ou entrevistas estruturadas. Através do levantamento, foi possível obter informações precisas e quantificáveis sobre o fenômeno pesquisado, permitindo a análise estatística e a comparação de dados entre diferentes grupos ou contextos (Creswell, 2014).

No presente estudo, os dados foram coletados durante os meses de março e abril de 2023. Foram distribuídos 400 questionários eletrônicos: 200 para professores e outros 200 para alunos LGBTQIA+ da cidade de João Monlevade, Minas Gerais, através das redes sociais. Os questionários foram aplicados através da plataforma *Google* Formulários entre os dias 26 de março e 8 de abril de 2023. Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) elaborado de acordo com o modelo Plataforma Brasil em consonância com as determinações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conepe).

Para garantir a representatividade da amostra, foi utilizada a técnica de amostragem probabilística, que consiste na escolha aleatória dos indivíduos que fizeram parte do estudo. Nesse caso, a amostra foi eleita levando-se em consideração o universo de 686 professores da cidade de João Monlevade (IBGE, 2022), sendo necessárias 87 respostas qualificadas para garantir um intervalo de confiança de 95% em uma margem de erro de até 10 pontos

percentuais. Para se chegar a esse valor, foi levado em conta o cálculo estatístico de população finita aplicado em planilha de Excel elaborada pelo professor doutor Tarcísio Afonso (2012)³. A pesquisa obteve 103 respostas de professores, sendo excluídos 16 formulários não qualificados. Ao todo, foram 87 questionários qualificados, ou seja, exatamente o número necessário apontado pelo cálculo estatístico.

Quanto aos alunos, optou-se pelos seguintes critérios de seleção: estudantes declaradamente LGBTQIA+, maiores de 18 anos, e que tenham estudado pelo menos um ano letivo em escola do município de João Monlevade em qualquer nível. Como não existem dados oficiais estimando o quantitativo da população LGBTQIA+ do município, não foi possível calcular uma amostra finita. Dessa forma, optou-se por analisar a amostra representativa, ou seja, todos os questionários qualificados devolvidos ao pesquisador foram considerados. Ao todo, foram obtidas 63 respostas, das quais 55 foram qualificadas dentro dos critérios elencados. Excluíram-se pessoas que se declararam heterossexuais e/ou as que disseram não ter estudado em escolas de João Monlevade.

4 Análise dos dados

Para facilitar a compreensão dos objetivos deste artigo, primeiramente são expostos os dados colhidos com os alunos LGBTQIA+. A intenção foi fazer um levantamento da percepção dos mesmos quanto à atuação de professores mediante a homofobia no ambiente escolar. Em seguida, são analisados os dados com os docentes, permitindo então fazer uma comparação das observações dos alunos com a dos professores.

4.1 Pesquisa com alunos

Dos 55 alunos entrevistados, a maioria identificou-se como masculino (78%), seguido por identificação feminina (14%) e identificação não binária (6%). A faixa etária mais frequente foi de 18 a 20 anos (46%), seguida pela faixa de 21 a 30 anos (32%).

A maioria dos alunos estudou em uma escola em João Monlevade (88%) e possui graduação (56%). A identidade sexual mais relatada foi "Gay" (69%), seguida por "Bissexual"

³ Professor do programa de Mestrado Profissional de Administração da Fundação Pedro Leopoldo (Mina Gerais).

(13%). Em relação à educação sexual, a maioria concordou total ou parcialmente que recebeu algum tipo de educação sexual (47%), mas que a diversidade LGBTQIA+ não foi levada em consideração (82%).

Em relação a políticas públicas para o combate à homofobia, nenhum participante concordou totalmente que teve acesso a elas durante sua formação escolar. A maioria discordou total ou parcialmente (86%). Quando questionados sobre se seus professores se sentiam confortáveis para conversar sobre sexo e sexualidade em sala de aula, a maioria discordou total ou parcialmente (73%). A pesquisa também indicou que houve uma frequência significativa de comentários negativos sobre a sexualidade de pessoas LGBTQIA+ na sala de aula, com 87% de respostas favoráveis a essa percepção.

Quanto ao apoio recebido para lidar com conflitos relacionados à sexualidade, a maioria discordou total ou parcialmente (77%), indicando que não receberam o apoio necessário. A pesquisa também revelou que a maioria dos participantes relatou ter sofrido bullying por ser LGBTQIA+ (78%), o que destaca a persistência do *bullying* como um problema enfrentado por essa comunidade. Esse fenômeno está respaldado em Valadares e Almeida (2011), que afirmam que a homofobia é resultado de uma construção histórica que consolidou discursos de ódio no Brasil.

Além disso, a maioria dos participantes concordou total ou parcialmente que alunos LGBTQIA+ têm saúde física e mental mais vulnerável em comparação com alunos heterossexuais (83%), fato que se corrobora com o estudo de Natarelli e outros (2015) sobre o impacto da homofobia na saúde de jovens. Quanto ao preparo dos professores para lidar com questões da diversidade sexual, a maioria discordou total ou parcialmente que os professores estavam adequadamente preparados (69%) e não tinham preparo para lidar com sua sexualidade (71%), o que encontra respaldo em Lima (2012) que atesta o despreparo docente, além das lacunas de formação para a diversidade percebidas na Base Nacional Curricular Comum (Brasil, 2018).

A maioria dos participantes concordou que gostaria que seus professores tivessem formação específica ou treinamento para lidar com questões da diversidade sexual na sala de aula (95%). Com relação às crenças sobre ser LGBTQIA+, a maioria discordou que é uma escolha ou opção de vida (85%) e que é uma modinha passageira (86%). Por fim, a maioria dos participantes concordou totalmente com a afirmação de que homofobia é crime (96%), ou seja,

há uma forte consciência sobre a decisão do STF em equiparar a homofobia ao crime de racismo (Barifouse, 2019).

4.1 Percepções e insights com os alunos

Considerando as informações levantadas, os resultados revelam uma série de questões significativas. Primeiramente, a predominância de estudantes do sexo masculino (78%) em comparação com os do sexo feminino (14%) e não binários (6%) sugere que a pesquisa capturou uma amostra diversificada em termos de identidade de gênero. Além disso, a faixa etária mais comum entre os alunos foi de 18 a 20 anos (46%), o que reflete a concentração de jovens adultos na pesquisa.

A constatação de que a maioria dos alunos estudou em escolas em João Monlevade (88%) e possui graduação (56%) fornece contexto geográfico e educacional para os resultados. Esses dados demonstram que a pesquisa, cujos questionários foram distribuídos aleatoriamente, se concentrou em um grupo demográfico com nível de educação superior.

As percepções dos alunos sobre a educação sexual e a falta de consideração para a diversidade LGBTQIA+ são particularmente relevantes, com 82% dos alunos concordando com essa afirmação. Isso destaca a necessidade de melhorias na abordagem da diversidade sexual nas escolas e a inclusão de tópicos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero no currículo (Lima, 2012). Dessa forma, é possível concluir que a falta de acesso percebido às políticas públicas para combater a homofobia durante a formação escolar dos alunos (86%) e a relutância percebida dos professores em discutir sexo e sexualidade em sala de aula (73%) apontam para um ambiente escolar que não promove ativamente a inclusão e o respeito à diversidade sexual. A prevalência de comentários negativos sobre a sexualidade de pessoas LGBTQIA+ na sala de aula, conforme relatado pelos alunos (87%), destaca a persistência do preconceito e da homofobia no ambiente educacional (Natarelli *et al.*, 2015).

4.2 Pesquisa com professores

Dos professores, 87 participantes, 37% eram do sexo masculino e 63% eram do sexo feminino, sem registros de indivíduos que preferiram não declarar o sexo. Quanto à faixa

etária, a maioria dos participantes estava entre 40 e 50 anos (40%), e a maioria possuía entre 10 e 20 anos de experiência (34%).

Em relação à formação, nenhum dos participantes possuía apenas graduação, com 46% possuindo pós-graduação com especialização, 24% com mestrado e 24% com doutorado. Quanto ao tipo de escola em que atuavam, a maioria (64%) atuava em escolas públicas, 20% em escolas particulares e 16% em ambas. Quanto ao nível de ensino, a maioria dos professores (46%) lecionou para o Ensino Superior, seguido por 17% que lecionaram para o Ensino Fundamental e Médio e 13% para o Ensino Médio.

Sobre o preparo para lidar com questões da sexualidade em sala de aula, a maioria dos participantes (58%) discordava ou discordava totalmente de ter sido ensinada durante sua formação. Por outro lado, 32% concordavam total ou parcialmente, e 10% não concordavam nem discordavam. Além disso, a maioria dos professores (64%) concordava ou concordava totalmente em relação a conhecer e praticar políticas públicas para o combate à homofobia na escola, enquanto 21% discordavam ou discordavam totalmente o que destoava da percepção dos alunos LGBTQIA+.

Outros resultados também mostraram divergências entre as percepções dos professores e dos alunos. Enquanto a maioria dos professores afirmava se sentir confortável para conversar com os alunos sobre sexo e sexualidade em sala de aula (69%), apenas 9% dos alunos LGBTQIA+ concordavam com essa afirmação. Além disso, enquanto a maioria dos professores (39%) concordava ou concordava totalmente em não presenciar comentários negativos sobre a sexualidade de pessoas LGBTQIA+ na sala de aula, 87% dos alunos entrevistados afirmavam ter presenciado tais comentários com frequência, confirmando, mais uma vez ser a escola um ambiente inóspito à diversidade (Lima, 2012).

Em relação ao apoio fornecido pelas escolas para lidar com conflitos relacionados à homossexualidade, houve um empate entre percepções positivas e negativas. Enquanto 39% dos professores concordavam ou concordavam totalmente que a escola fornecia o apoio necessário, outros 39% discordavam ou discordavam totalmente. Novamente, essa percepção não estava alinhada com a dos alunos LGBTQIA+, pois 77% deles afirmaram não ter recebido nenhum apoio da escola para lidar com conflitos relacionados à sexualidade.

Quanto ao debate sobre homossexualidade em reuniões pedagógicas, a maioria dos professores (56%) discordava ou discordava totalmente que o tema fosse debatido com frequência, o que sugere oportunidades para aumentar a discussão sobre diversidade sexual nas

escolas conforme sugere a ABGLT (2015). Ainda, a maioria dos professores (74%) afirmava saber resolver conflitos relacionados à homossexualidade sem tomar partido do que é certo ou errado, mas essa percepção difere da dos alunos LGBTQIA+, dos quais 66% afirmaram que seus professores eram parciais na hora de intervir em conflitos, o que demonstra uma lacuna que precisa ser considerada pela escola na hora de implantar uma política de combate à homofobia (Ramires, 2011).

A pesquisa também abordou a compreensão, pelos professores, do espectro da sexualidade humana e do significado da sigla LGBTQIA+. A maioria dos professores (61%) afirmou ter conhecimento e compreensão dessas questões, mas ainda houve uma parcela significativa (23%) que discordava ou discordava totalmente. Isso ressalta a necessidade de mais capacitação e informação para os profissionais da educação lidarem adequadamente com essas questões em sala de aula, para reverter o cenário conservador de “educação para a moralidade”, mencionado por Oliveira e Oliveira (2018).

Outro ponto importante foi a percepção dos professores em relação ao uso do nome social por alunos transexuais e travestis. Enquanto 50% discordavam ou discordavam totalmente da necessidade de autorização dos pais para considerar o pedido de um aluno de ser chamado pelo nome social, 31% concordavam total ou parcialmente. Essa questão também exige uma reflexão sobre a criação de políticas e procedimentos que garantam o respeito à identidade de gênero de todos os estudantes, independentemente da autorização dos pais. Em relação à homofobia, a maioria dos professores (70%) discordava ou discordava totalmente da afirmação de que ser LGBTQIA+ é uma escolha ou uma opção de vida, mostrando uma compreensão correta sobre a natureza da orientação sexual e da identidade de gênero. Além disso, a maioria dos participantes (89%) também discordava ou discordava totalmente da afirmação de que ser LGBTQIA+ é uma “modinha” e que logo passará, reconhecendo a identidade LGBTQIA+ como uma parte legítima da diversidade humana (Furlani, 2011).

Por fim, a pesquisa revelou que a maioria dos professores (95%) concordava, total ou parcialmente, que a homofobia é crime, mostrando um reconhecimento importante da legislação vigente no Brasil (STF, 2019).

4.2.1 Percepções e *insights* com os docentes

Em relação aos professores, a pesquisa oferece uma visão interessante das percepções e atitudes desses profissionais. A maioria dos professores afirmou estar confortável para discutir sexo e sexualidade em sala de aula (69%), o que contrasta com a percepção dos alunos (apenas 9% concordam). Essa discrepância demonstra a existência de lacunas na comunicação entre professores e alunos LGBTQIA+ em relação a questões de sexualidade.

As divergências também são evidentes nas respostas sobre o apoio fornecido pela escola para lidar com conflitos relacionados à homossexualidade, com opiniões equilibradas entre os professores e a falta de apoio percebida pelos alunos. A pesquisa também revelou uma necessidade de maior capacitação e informação para os professores em relação às questões de diversidade sexual, uma vez que uma parcela significativa (23%) discordou ou discordou totalmente de ter conhecimento e compreensão desses temas.

Em relação às crenças sobre ser LGBTQIA+, a maioria dos professores demonstrou compreensão correta, discordando da ideia de que ser LGBTQIA+ é uma escolha ou opção de vida (70%) e que é uma “modinha” passageira (89%). Além disso, a maioria dos professores reconheceu a homofobia como crime (95%).

5 Considerações finais

Com base nos dados coletados e nas análises realizadas, este artigo buscou investigar o posicionamento dos professores da cidade de João Monlevade diante da homofobia no ambiente escolar e como suas atitudes podem contribuir para tornar a escola um ambiente seguro para a manifestação de expressões da sexualidade e gênero com liberdade. Os objetivos propostos foram alcançados, permitindo uma compreensão mais aprofundada da realidade estudada.

Os resultados da pesquisa revelaram que, apesar de haver um entendimento razoável dos educadores sobre a diversidade sexual, ainda há lacunas na preparação dos professores para lidar com essa temática em sala de aula. A falta de políticas públicas específicas para a formação dos docentes como agentes de prevenção e combate à homofobia também foi identificada como uma limitação do atual cenário educacional.

Diante disso, é importante ressaltar que o combate à homofobia no ambiente escolar não deve ser responsabilidade apenas dos estudantes LGBTQIA+ e suas famílias, mas também dos professores e demais profissionais envolvidos na educação. É fundamental investir em políticas públicas que promovam a formação continuada dos educadores, com enfoque na diversidade sexual e de gênero, visando prepará-los para lidar de forma adequada e acolhedora com as demandas e realidades dos estudantes LGBTQIA+.

Algumas medidas sugeridas para a implementação da política pública incluem, conforme Silva (2023): a) Criação de um currículo de educação sexual inclusiva, abordando diversidade sexual e identidade de gênero na Base Nacional Curricular Comum; b) Formação específica para professores sobre diversidade sexual e como lidar com questões LGBTQIA+ em sala de aula; c) Implementação de políticas claras de combate à homofobia e ao *bullying* nas escolas; d) Inclusão de temas LGBTQIA+ nas reuniões pedagógicas para sensibilização dos professores; e) Promoção de apoio estrutural e psicológico para estudantes e professores LGBTQIA+; f) Realização de campanhas de conscientização sobre diversidade sexual e combate à homofobia; g) Monitoramento e avaliação das políticas implementadas; h) Estabelecimento de parcerias com organizações especializadas em diversidade sexual e de gênero para fornecer suporte técnico e treinamento.

Esse estudo possui limitações, pois o tamanho reduzido da amostra pode limitar a generalização dos resultados. Também é necessário considerar o viés de autorrelato presente na coleta de dados, uma vez que as respostas dos participantes foram baseadas em suas próprias percepções e opiniões, o que pode estar sujeito a distorções e influências externas. Mesmo assim, o presente estudo permite apontar para, pelo menos, duas implicações práticas: a) necessidade de formação adequada aos professores a partir de programas de treinamento e capacitação para criação de um ambiente inclusivo e seguro para as minorias sexuais; b) implementação políticas públicas que reduzam as discrepâncias entre a percepção dos alunos e dos professores. Isso pode envolver parcerias entre o sistema educacional e organizações que promovem os direitos LGBTQIA+.

Da mesma forma, algumas implicações teóricas são percebidas. Primeiramente, as percepções divergentes entre alunos e professores destacam a complexidade das questões relacionadas à homofobia no ambiente escolar. Isso sugere a necessidade de estudos mais aprofundados para entender melhor as causas subjacentes dessas diferenças de percepção. Em segundo lugar vem o papel da educação na redução da homofobia, que abre novos caminhos

para pesquisas teóricas sobre como a inclusão de temas relacionados à diversidade sexual no currículo pode promover a aceitação e a igualdade. Por fim, a importância de construir ambientes escolares inclusivos que promovam o respeito à diversidade. Isso pode inspirar discussões teóricas sobre como as escolas podem ser espaços de combate à discriminação e à desigualdade ao invés de perpetuar preconceitos históricos.

Referências

ALBUQUERQUE, G. A. *et al.* Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-524, jul/set 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/JhwFvPRq3LCSQTqkLgtHZ7f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 6 abr 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em <https://abgl.org.br/wp-content/uploads/2020/05/IAE-Brasil.pdf>. Acesso em 29 mar 2022.

BARIFOUSE, Rafael. **STF aprova a criminalização da homofobia**. BBC News Brasil, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

ANTRA Brasil. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. **Dossiê Antra**. Brasília - DF. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Versão atualizada em 2020.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 6 abr 2023.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: Escolhendo entre Cinco Abordagens. Tradução de Dirceu da Silva e Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. 342 p.

FUNDO BRASIL. **A LGTBfobia no Brasil**: os números, a violência e a criminalização. 2022. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

FUNDO BRASIL. **O que significa a sigla LGBTQIA+?** Disponível em: [https://www.fundobrasil.org.br/blog/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/#:~:text=%C3%89%20composta%20por%3A%20LGBTQQICAAPF2K%2B%20\(L%20C3%A9sbicas,%202Desp%C3%ADritos%20e%20Kink](https://www.fundobrasil.org.br/blog/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/#:~:text=%C3%89%20composta%20por%3A%20LGBTQQICAAPF2K%2B%20(L%20C3%A9sbicas,%202Desp%C3%ADritos%20e%20Kink). Acesso em: 10 out. 2022.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula** - Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). @Cidades: João Monlevade. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-monlevade/panorama>. Acesso em: 29 abr. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 368 p. ISBN 8597026561.

LIMA, Edenilse Batista. **Sexualidade e currículo escolar**: um diálogo a partir da legislação. In: VI Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade, 6., 2012, São Cristóvão. Anais eletrônicos... São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10183/38/112.pdf>. Acesso em: 6 abr 2023.

MICHELS, Eduardo. **Homotransfobia Mata**. Relatório sobre a violência homofóbica no Brasil, 2018. Banco de Dados. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/>. Acesso em 6 abr 2023.

NATARELLI, T. R. P. *et al.* **O impacto da homofobia na saúde do adolescente**. Escola Anna Nery, v. 19, n. Esc. Anna Nery, 2015 19(4), p. 664–670, out. 2015. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/ean/a/r6XgDz4MBBZtTGjYDrK64bP/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 2 abr 2023.

PUTTI, Alexandre. **Um LGBT é agredido no Brasil a cada hora, revelam dados do SUS**. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/um-lgbt-e-agredido-no-brasil-a-cada-hora-revelam-dados-do-sus/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

RAMIRES, Luiz. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 41-58. ISBN 978-85-7643-084-1.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Breno Eustáquio da. **O professor como agente de combate à homofobia no ambiente escolar**. 2023. 179 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Educação, Universidad Politécnica y Artística del Paraguay, Ciudad del Este, 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/DF** - Distrito Federal. Relator: Min. Celso de Mello. Tribunal Pleno. Julgado em 13 de junho de 2019. Publicado em 06 de outubro de 2020. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur433180/false>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

VALADARES, Gustavo. ALMEIDA, João Paulo Rodrigues. Direito Constitucional: a LGBTfobia como resultado do discurso de ódio. In: DESLANDES, Keila (Org.) **Homotransfobia e direitos sexuais**. Ouro Preto: Grupo Autêntica, 2018.

The teacher and his role in preventing and combating homophobia

Abstract: This article aims to investigate how teachers position themselves in the face of homophobia in the school environment and how to empower them to become agents of prevention and combat against prejudice towards sexual minorities. To achieve this, the following specific objectives were established: to assess whether educators are adequately prepared to handle sexual diversity in the classroom, to understand the level of educators' comprehension regarding LGBTQIA+ issues, and to propose the development of public policies for teacher training that enable them to become agents in preventing and combating homophobia in the school environment. The research was conducted using both quantitative and qualitative approaches, employing bibliographic research, document analysis, and surveys as the technical procedures. Data were collected through questionnaires distributed to teachers and LGBTQIA+ students in the city of João Monlevade-MG. The research findings indicated that the majority of interviewed teachers do not feel prepared to deal with sexual diversity in the classroom and have a low level of understanding regarding LGBTQIA+ issues. These results underscore the necessity of formulating public policies that promote teacher education, enabling them to act as agents of prevention and combat against homophobia.

Keywords: Combating homophobia. education for diversity. public policies.

Recebido: 08 agosto 2023

Aprovado: 28 agosto 2023